

Cada item da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA

A respeito do direcionamento estratégico-organizacional, do sistema e das atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal (PRF), julgue os itens a seguir.

- 1 O policiamento especializado executa atividades que necessitam de procedimentos, técnicas, materiais e equipamentos específicos, bem como de pessoal especializado com treinamento adequado para o cumprimento de missões e o atendimento de demandas.
- 2 As fiscalizações de transportes intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, de vale-pedágio e de registro nacional de transporte rodoviário de cargas são executadas pela PRF por competência legal delegada e dependem de formalização prévia de convênios e de acordos de cooperação técnica.
- 3 No âmbito da PRF, a função por incumbência é utilizada como ferramenta de descentralização, cuja finalidade é a de assegurar maior rapidez e objetividade às ações de comando e controle, pois essa outorga ao servidor, mesmo que temporariamente, ascensão na cadeia de comando, independentemente da função, do cargo ou da classe que ocupa na carreira.
- 4 O policiamento rodoviário pressupõe, como regra, a ostensividade, materializada na presença policial, que é identificada pelo uso do uniforme e de viaturas caracterizadas.
- 5 O documento de identidade funcional dos servidores policiais da PRF lhes garante livre porte de arma e franco acesso a locais sob fiscalização do órgão, assegurando-lhes, quando em serviço, prioridade em todos os tipos de transporte e de comunicação.
- 6 A redução da violência no trânsito nas rodovias federais, estaduais e municipais, tendo como foco a prevenção e a pronta resposta, nos casos de acidentes graves, visando minimizar os seus efeitos, constitui um dos resultados institucionais pretendidos pela PRF.

Quanto a competência, rotinas operacionais, registros e relatórios inerentes às atribuições de policiamento e fiscalização, julgue os itens subsequentes.

- 7 O auto de infração à legislação de trânsito deverá ser lavrado, necessariamente, em formulário padrão, mediante a prévia abordagem do veículo e a notificação do respectivo condutor.
- 8 Caso se verifique, durante a abordagem de veículo, a ocorrência de fato atípico ou revestido de tipicidade penal em relação às normas gerais de circulação e conduta previstas no Código de Trânsito Brasileiro, o policial rodoviário federal deverá registrá-la em campo próprio do auto de infração.
- 9 Em caso de infração à legislação de trânsito envolvendo veículo registrado no exterior, é facultativo o preenchimento do auto de infração no campo referente à sigla do país de licenciamento.
- 10 No caso de recusa, por parte de condutor, a assinar o auto de infração comprovando o recebimento de sua segunda via, o agente autuador deverá consignar esse fato no campo destinado a observações e proceder à recolha da assinatura de duas testemunhas que tenham presenciado a recusa.
- 11 Cada delegacia da PRF possui, no mínimo, um posto PRF, destinado ao suporte às equipes de serviço e às atividades operacionais, como também, em situações específicas, à fiscalização rotineira do cumprimento das normas de trânsito e de enfrentamento à criminalidade.
- 12 Coordenar os trabalhos operacionais no trecho circunscricional da unidade onde está lotado, excluídas as atividades de natureza administrativa, constitui uma das atribuições funcionais do chefe de posto (unidade operacional) da PRF.

Com relação às formas de utilização do efetivo em atividades operacionais para a execução dos serviços prestados pela PRF, julgue os próximos itens.

- 13 As ordens emanadas por gestos dos agentes da autoridade de trânsito prevalecem sobre as regras de circulação e as normas definidas pela sinalização de trânsito, devendo o policial rodoviário, em situações de abordagem rotineira em pistas simples, se posicionar no eixo da pista, voltado ao veículo objeto da abordagem.
- 14 Ao selecionar um veículo a ser fiscalizado, o policial rodoviário em serviço deverá, como regra, escolher veículos que apresentem visível infração de trânsito ou de acordo com o comando específico à natureza da fiscalização.
- 15 O cartão-programa, cujo cumprimento é dever de todo servidor da PRF, consiste na programação e no planejamento das atividades operacionais, visando suprir, em caráter excepcional, ações de contingências e de pronto emprego mediante convocação imediata e extraordinária do servidor.
- 16 Os comandos são ações de fiscalização geral ou específica, que ocorrem em pontos fixos e sinalizados, realizadas em locais estratégicos, por tempo e com propósito previamente determinados.
- 17 Durante deslocamento da viatura policial em ronda, constatada uma ação criminosa em curso envolvendo eventual usuário da via, a equipe de policiamento, ao contrário do procedimento relativo às infrações de trânsito, deverá acompanhar o veículo suspeito mantendo contato por rádio com demais equipes e postos, de modo a realizar a abordagem em local adequado e com efetivo em número vantajoso.

Quanto aos equipamentos operacionais necessários à execução das atividades da PRF, julgue os itens subsecutivos.

- 18 Constituem equipamentos de segurança, entre outros, o armamento, o colete reflexivo, o bastão extensivo tático, o dispositivo de condução de energia (*taser*) e cama de faquir.
- 19 As armas longas, o escudo de acrílico e o traje para controle de distúrbios civis são equipamentos de uso restrito, utilizados exclusivamente por grupo ou força de choque, cuja intervenção se dá mediante protocolo e normatização específica.
- 20 São considerados equipamentos de fiscalização, entre outros, o etilômetro, a lanterna ultravioleta, o medidor de transmitância luminosa, a chave de tacógrafo e o detector de metal.

No que tange ao direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 21 **Situação hipotética:** Uma autoridade administrativa, ao verificar que o seu subordinado havia sido tolerante com o administrado de sua área de atuação funcional incurso em infração regulamentar, resolveu avocar o caso e agravar a penalidade aplicada ao infrator, no uso de sua competência legal. **Assertiva:** Nessa situação, é correto afirmar que seu procedimento enquadra-se como exercício regular de seus poderes disciplinar e hierárquico.
- 22 Os direitos fundamentais de primeira dimensão estão associados à liberdade; os de segunda referem-se à igualdade; e os de terceira relacionam-se à fraternidade.
- 23 O princípio constitucional da igualdade estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
- 24 As provas obtidas por meio contrário ao direito podem ser utilizadas no processo civil ou no penal se a parte tiver dificuldade de encontrar outro meio de provar o seu direito.
- 25 As polícias militares, responsáveis pela segurança da sociedade, atuam de forma ostensiva, como polícias administrativas, e estão legalmente impedidas de exercer funções de polícia judiciária e de auxiliar o Ministério Público em suas atribuições.
- 26 Compete à PRF coordenar e executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do presidente da República, quando isso se fizer necessário.
- 27 O princípio da legalidade, no âmbito do direito administrativo, define que a autoridade administrativa só pode praticar atos autorizados ou permitidos em lei.
- 28 O princípio constitucional da moralidade, de observância forçosa na prática dos atos administrativos, visa, precipuamente, assegurar que tais atos atinjam sua finalidade legal.
- 29 É permitido à administração pública alterar unilateralmente seus atos administrativos ilícitos ou inoportunos, amparada pelo princípio da autotutela.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada acerca do direito penal e do processo penal.

- 30 Tito vilipendiou Lívio, que estava sendo velado por seus familiares e amigos. Nessa situação, tanto Lívio quanto seus familiares deverão figurar como sujeitos passivos, em processo penal eventualmente aberto.
- 31 Durante uma busca domiciliar, efetivada em cumprimento a mandado judicial, às oito horas da manhã, os policiais encontraram com o morador uma arma de fogo de uso restrito com a numeração raspada, e, por isso, prenderam o homem em flagrante delito e o levaram à presença da autoridade policial. Nessa situação, os policiais agiram em obediência à legislação em vigor.
- 32 Um servidor público recebeu vantagem indevida de um particular e a empregou na própria repartição para melhorar o serviço público. Nessa situação, é atípica a conduta do servidor, já que ele não utilizou a vantagem indevida em benefício próprio, mas em benefício do bem público.
- 33 Antônio e João, previamente acordados, entraram em uma residência para praticar furto, e foram surpreendidos pelo dono da casa. Antônio foi preso em flagrante delito e João conseguiu fugir levando parte dos objetos dali subtraídos. Nessa situação, de acordo com a teoria do crime, Antônio responderá por furto tentado e João, por furto consumado.

Julgue o item abaixo, referente a aspectos do direito penal.

- 34 Consideram-se excludentes de antijuridicidade do sujeito ativo o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento do dever legal.

Em relação ao processo administrativo da infração de trânsito, julgue os itens a seguir.

- 35 Sendo a infração de trânsito de responsabilidade do condutor do veículo, se este não for identificado no momento da autuação, aplica-se o prazo de quinze dias, a contar da data do cometimento da infração, para apresentação do condutor infrator.
- 36 A defesa de autuação deverá ser interposta à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI).
- 37 O ato de interposição de recurso em primeira instância gera, imediatamente, efeito suspensivo sobre a penalidade imposta.
- 38 O recurso em segunda instância tem caráter personalíssimo, razão pela qual deve ser apresentado somente pelo interessado seja ele o infrator, seja ele o proprietário do veículo.
- 39 A notificação do auto de infração de trânsito ao proprietário do veículo deve ser realizada no prazo máximo de trinta dias, contados da data de cometimento da infração.

Com referência às medidas administrativas, providências de caráter complementar exigidas para a regularização de situações infracionais, julgue os itens subsequentes.

- 40 Em acidentes de trânsito com mortes, é obrigatória a realização de exame de alcoolemia nas vítimas fatais.
- 41 Relatos de testemunhas, imagens e vídeos poderão ser utilizados subsidiariamente como meios de prova para caracterizar a infração de dirigir sob influência de álcool e de substância entorpecente psicoativa.
- 42 O transbordo da carga excedente do veículo, que ocorre à custa do proprietário do veículo, sem prejuízo da autuação cabível, é obrigatório para o prosseguimento da viagem.
- 43 No caso de infrações de estacionamento irregular ou por falta de combustível ou, ainda, devido a reparo do veículo na via pública, a remoção do veículo visa a restabelecer as condições de segurança e fluidez da via.
- 44 Para a confirmação da alteração da capacidade psicomotora, em razão da influência de álcool ou de outras substâncias psicoativas, a realização de exame clínico é insuficiente para a emissão da notificação do auto de infração de trânsito, sendo indispensável o teste com etilômetro.

A respeito das infrações e dos crimes de trânsito, julgue os itens subsequentes.

- 45 Disputar corrida por espírito de competição em via pública configura tanto infração de trânsito quanto crime.
- 46 A caracterização do delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor requer a comprovação da imprudência do condutor na ação que provoque a morte de terceira pessoa.
- 47 Caso a medição de alcoolemia apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue, descontando-se o erro máximo admissível, estarão caracterizados infração administrativa e crime de trânsito.
- 48 Transitar com o veículo em velocidade inferior à metade da velocidade máxima estabelecida para a via não configura infração de trânsito se o veículo estiver trafegando na faixa da direita.
- 49 A condução de veículo com lâmpadas queimadas caracteriza infração de trânsito sujeita a medida administrativa de retenção do veículo.
- 50 O adesivamento em área superior a 50% do veículo, por consistir em modificação transitória e facilmente removível, não configura alteração de cor do veículo.

No que concerne às regras de circulação de trânsito, julgue os itens seguintes.

- 51 Ao efetuar ultrapassagem, o condutor deverá indicar com antecedência a manobra que pretende executar, que poderá ser por meio de gesto convencional de braço.
- 52 Quando uma pista de rolamento comportar várias faixas de circulação no mesmo sentido, a faixa da direita é destinada ao deslocamento de veículos mais lentos e de maior porte.

---

No que se refere aos documentos de porte obrigatório, julgue os itens subsecutivos.

- 53 A carteira nacional de habilitação de categoria A é exigida dos condutores de quadriciclos e de veículos automotores de duas ou três rodas.
- 54 A cópia autenticada da carteira nacional de habilitação ou da permissão para dirigir não é válida como documento de porte obrigatório.

---

Considerando os conceitos relacionados à ética e à política, julgue os itens a seguir.

- 55 Na ciência política moderna, o conceito de política mais corrente e prevacente é o que se refere ao empenho na realização do bem comum e dos interesses da coletividade.
- 56 O campo de estudo da ética, como ciência, engloba a origem da moral, a liberdade, a responsabilidade e a distinção entre o comportamento moral e outras formas de agir.

---

Julgue os itens seguintes, acerca de ética e cidadania.

- 57 Uma das dificuldades existentes na abordagem da relação entre ética e cidadania diz respeito à submissão dos povos à lógica de mercado, que os induz a assumir uma visão consumista.
- 58 A síntese entre ética e cidadania deve levar em conta, primordialmente, a ética do dever, em que prevalecem os interesses particulares e os direitos individuais, ainda que isso não anule a necessidade de existir, também, uma ética de princípios.

Tendo em vista as relações entre o privado, o público, a ética e a moral, julgue os itens subsequentes.

- 59 A vigente Constituição brasileira ampara os valores morais da boa-conduta e da boa-fé como princípios básicos e essenciais a uma vida equilibrada do cidadão na sociedade, particularmente quando aborda os direitos e as garantias fundamentais.
- 60 Os padrões éticos dos servidores públicos têm uma natureza intrinsecamente pública, o que implica dizer que esses estão diretamente relacionados com os valores predominantes na sociedade.

---

Com relação a ética e poder e a ética nas organizações, julgue os itens que se seguem.

- 61 As normas que pautam as condutas éticas nas organizações devem ser analisadas de modo distinto ao das normas legais, pois as normas éticas, muitas vezes, têm um conteúdo mais voluntário e mais consensual, cuja adesão se dá por um compromisso moral.
- 62 As ideias de poder e de autoridade não guardam relação entre si, pois, enquanto o poder se relaciona a força física, moral, intelectual, legal ou mística, a manifestação da autoridade só se realiza quando encontra consentimento e aprovação.

---

Acerca da ética profissional e da ética nas relações, julgue os próximos itens.

- 63 No ofício que exerce, o indivíduo deve se pautar por padrões de respeito e de responsabilidade adotados em seu ambiente coletivo e de trabalho, sem a necessidade de recorrer a preceitos morais, concernentes apenas ao âmbito de sua vida privada e de sua intimidade.
- 64 Considera-se ética profissional o conjunto de normas que formam a consciência do profissional e que o levam a cumprir as atividades de sua profissão de acordo com os princípios que a sociedade e o seu grupo de trabalho determinam.

Em relação à redação de atos e comunicações oficiais no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 65** A redação de um ato e(ou) comunicado oficial deve considerar a impessoalidade, a clareza, a uniformidade, a concisão e o uso da linguagem formal, atributos que decorrem dos princípios constitucionais que regem a administração pública.
- 66** Escrever bem é um ato espontâneo, independentemente de habilidades e competências adquiridas ou de envolvimento pessoal do autor.

A respeito das etapas sugeridas para a redação de um bom texto de redação oficial e de suas características gerais, julgue os itens subsecutivos.

- 67** Para ser compreendido por especialistas, de modo a transmitir mais informações, ainda que com mais palavras, um texto conciso deve apresentar um parágrafo longo, com vocabulário técnico e emprego de jargão da área a que se destina.
- 68** Anotar à parte as ideias acerca do assunto, delimitar o tema e definir bem os objetivos são técnicas da etapa de planejamento para a elaboração do texto.

Considerando as atividades de inteligência, investigação e contrainteligência no âmbito da PRF, julgue os itens subsequentes.

- 69** Ações de contrainteligência relativas a segurança documental e material consideram que produção, difusão, recepção, manuseio, arquivamento e recuperação constituem medidas cautelares de controle e segurança no ciclo de vida do documento, em que o nível de acesso aumenta com o passar do tempo.
- 70** Em 2004, a Assessoria de Inteligência passou à condição de Coordenação de Inteligência, integrante da estrutura regimental da PRF, composta pelo Núcleo Regional de Inteligência e pela Seção de Contrainteligência.
- 71** As ações de investigação têm foco no passado, ao passo que as ações de inteligência têm a finalidade de subsidiar tomadas de decisão.
- 72** Compreendidas entre as medidas de contrainteligência, as medidas de segurança ativa consistem em ações preventivas contra ameaças e ações adversas às quais a PRF está suscetível.

Considerando os conceitos de sociedade, estado de direito e polícia, no contexto da segurança pública brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 73** A polícia administrativa é inerente e se difunde por toda a administração pública, ao passo que as demais polícias são privativas de determinados órgãos ou corporações.
- 74** O corporativismo, presente em praticamente todas as esferas institucionais, contribui sobremaneira para a ocorrência da impunidade.
- 75** A integração da PRF à estrutura organizacional do Ministério da Justiça como Departamento de Polícia Rodoviária Federal deu-se com o advento da Constituição Federal de 1988.
- 76** O princípio da democracia é considerado o cerne do estado de direito, em cuja base está a divisão do poder.

A respeito de medidas de controle, de combate e de prevenção de acidentes de trânsito, julgue os próximos itens.

- 77** No processo de avaliação de condutores, a utilização de recursos tecnológicos tem pouca importância, já que não possibilita a averiguação da real capacidade perceptiva e atencional do motorista.
- 78** Elaborado de acordo com o planejamento estratégico da PRF, com vistas à redução dos índices de acidentes e mortes no trânsito, o projeto cinema rodoviário tem como um de seus objetivos motivar o atual efetivo da PRF.
- 79** A educação para o trânsito tem como foco a circulação harmônica de veículos em condições seguras e a garantia do direito de todos os transeuntes nas vias de circulação.
- 80** A demonstração de cães da PRF constitui ação integrante de projetos de educação para o trânsito efetivada pela corporação em postos de combustíveis e em outros locais que possibilitem a concentração de motoristas profissionais e de seus familiares.